

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15 DE OUTUBRO DE 2007**-----

-----Aos quinze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala das reuniões do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Joana Batista Vidinha, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No período antes da ordem do dia usou da palavra a senhora Vereadora Manuela Cunha e sugeriu que o ponto proposto por si relativamente à apreciação e votação da proposta de exigência de marcação de sessão pública por parte das Estradas de Portugal seja o primeiro ponto a ser discutido na ordem de trabalhos. O Executivo concordou.-----

----- A mesma autarca sugeriu que a Autarquia deveria enviar rapidamente um protesto junto do Senhor Ministro da Saúde, manifestando o seu descontentamento pela saída de mais um médico do Centro de Saúde de Almeirim, ficando cerca de três mil e seiscentos habitantes em lista de espera.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se já está resolvido o assunto da Escola de Marianos.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que foi colocado um Professor e que a Escola está em funcionamento e pertence ao Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim.-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício lamenta não ter o mesmo estatuto dos restantes Vereadores eleitos do Partido Socialista, porque não é convocado para participar nas reuniões preparatórias que decorrem antes da reunião, e leu a seguinte intervenção: " De si, Senhor Presidente não esperava outra coisa que não fosse a repetição da "gracinha" de voltar a mandar assinar uma proposta do executivo pelo "Grupo do PS", lamento é que os meus colegas vereadores, comigo eleitos na mesma lista não tenham tido a coragem de o mandar dar uma volta e de lhe começarem a dizer não, em nome do carácter e integridade que lhes conheço.-----

----- Em relação a esta matéria, só quero esclarecê-lo definitivamente, que reclamo para mim exactamente o mesmo estatuto que teve o Senhor Vereador Pedro Ribeiro, enquanto assessor do Senhor Governador Civil de Santarém, durante o período em que teve impedido por V. Ex<sup>a</sup> de participar nas reuniões preparatórias do Executivo e que, estou mais do que preparado para aceitar qualquer decisão que a Concelhia do Partido Socialista queira, fundamentadamente, de acordo com os seus princípios e depois de me ouvir, tomar em relação à minha modesta personagem. Até lá, repetir a desfaçatez é de muito mau gosto. Se gosta da terminologia, sugiro-lhe subgrupo do PS."-----

----- O mesmo autarca apresentou um requerimento ao Senhor Presidente da Câmara, nos termos da lei solicitando informação relativa à data e conteúdo do despacho de delegação de competências da nomeação da sua Chefe de Gabinete. Solicita também informação sobre o novo júri de concurso para chefe de secção, pergunta: " Acha o Senhor que nomear, para o hipotético novo Júri, dois arguidos num processo judicial interposto pela concorrente cuja reclamação iria ser reanalisada a um terceiro elemento, objecto recente de um processo recente interno de inquérito sobre a constituição do referido júri, seria um acto de bom senso?, à minha Colega Joana, e ao responsável pelos Recursos Humanos desta casa, pelo respeito e consideração que me merecem recomendo que não aceitem fazer parte desta farsa. A si,

partindo do pressuposto que já se terá aconselhado com algum jurista quanto ao "flamigerado" despacho do TAFL, dou-lhe o conselho de anular essa decisão".-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha refere que as questões internas do PS, têm que ser resolvidas noutra local, e relativamente à alteração do júri de concurso, solicita informação sobre o mesmo.-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuídas por todos os elementos do Executivo, a seguir indicadas, foram postas à votação as seguintes actas:-----

----- De vinte de Agosto, que foi aprovada por maioria, com voto contra da Senhora Vereadora Manuela Cunha, que ditou a seguinte declaração de voto:" Por não ter sido incluída a minha declaração de voto proferida nesse dia a justificar a minha abstenção, sendo que a minha abstenção à realização da escritura relativa a uma casa no Bairro AMCOFA, se deve ao facto de tendo questionado se o falecimento já tinha sido averbado no registo, visto só estar a ser apresentado o certificado de óbito da Alemanha, me ter sido respondido pela secretária da reunião que não, e eu ter considerado que o procedimento legal para se realizar a escritura não estava cumprido."-----

----- Absteve-se o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, por não ter participado na reunião.-----

-----Acta de dezassete de Setembro:-----

----- Em relação à referida acta o Senhor Presidente alegou que a intervenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha relativa ao apoio jurídico solicitado pelos Senhores Vereadores Francisco Maurício e Joana Vidinha expresso na página vinte, tem "razão de ser", dado não se saber se o mesmo é a título particular ou na qualidade de vereadores.-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício disse:" A propósito das alterações à acta de dezassete de Setembro de dois mil e sete, no que refere ao apoio judiciário solicitado por mim e pela Senhora Vereadora Joana Vidinha, entendeu o Senhor

Presidente com pretexto numa declaração da Senhora Vereadora Manuela Cunha, questionar se o apoio jurídica aprovado, seria efectivamente garantido se a acusação fosse feita ao júri do concurso, no entanto deu a entender que não estaria disposto a mandar pagar esse apoio se a acusação fosse a título particular. Quero esclarecer o Executivo que quer eu quer a Vereadora Joana estamos interditos devido ao segredo de justiça que o tribunal nos impôs de nos pronunciar-mos sobre os factos. Da intervenção do Senhor Presidente, só posso concluir que vai tomar todas as iniciativas de que for capaz para deixar os seus vereadores sem apoio jurídico. Todos nós já percebemos há muito porquê. Suponho que poderei também exprimir o pensamento da minha colega Vereadora se considerar que isto é uma forma prepotente e de inqualificável postura face a todo este processo. Ao Presidente da Câmara numa situação destas uma postura de neutralidade e de apoio incondicional aos seus vereadores ficariam bem. Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me esclarecesse se ao fim de todos estes anos de mandato em inúmeros despachos proferidos, em inúmeros processos que tem em tribunal alguma vez agiu a título particular".-----

----- O Senhor Presidente apresentou a seguinte declaração: "Apenas quero acrescentar um esclarecimento clarificando a intenção de eventual consulta que se faça ao Tribunal, que é a de conhecer a natureza da acusação para que um consequente parecer jurídico me dite com que responsabilidade estou a decidir sobre o apoio jurídico a prestar."-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse." Só quero relembrar que no dia que esta questão veio à reunião de Câmara para votação, esse apoio jurídico foi aprovado com voto favorável do Senhor Presidente, do Senhor Vereador Pedro Ribeiro, do Senhor Vereador José Carlos Silva e Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos".-----

----- A Acta acima indicada, na qual foram feitas as alterações propostas, será novamente distribuída pelos Senhores Autarcas.--

----- A acta de um de Outubro foi distribuída na presente reunião aos Senhores Autarcas.-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício manifesta o seu total desacordo em relação à Ordem de Trabalhos desta reunião e declara o seu mais veemente protesto:" Dezoito pontos contendo um deles cinco regulamentos, para analisar em quatro dias incluindo o fim de semana, é um exagero para os Vereadores que não estão a tempo inteiro no executivo, tanto mais que, aos vereadores não lhe é facultado qualquer tipo de apoio logístico ou outro, nomeadamente " dever de informação" previsto no artigo setenta e um da lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro.-----

----- O objectivo é para mim claro e situa-se a dois níveis, o primeiro é o de tentar resolver apressadamente, sem dar oportunidade a todos de se esclarecerem convenientemente, matérias tão importantes nele incluídas e o segundo é o de voltar a esvaziar o conteúdo da Ordem de Trabalhos das Reuniões Públicas, num claro desrespeito pela consideração democrática que nos devem merecer todos os nossos munícipes."-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**5- DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

---- ESTUDO DO IMPACTO AMBIENTAL DO I C TRÊS - A Senhora Vereadora Manuela Cunha propôs o agendamento deste assunto, propondo que a Câmara Municipal solicitasse à Agencia Portuguesa de Ambiente, responsável pelo Estudo do Impacto Ambiental do IC Três, a realização de uma sessão pública em Almeirim porque considera ser importante que os cidadãos sejam devidamente informados das propostas apresentadas para o traçado. Mais refere que os documentos apresentados não são esclarecedores e a própria que tem por hábito fazer consultas deste tipo verificou que as cartas de implantação são do tempo da sua avó. Disse ainda que a disponibilização de fotocópias aéreas não foram

facultadas aos cidadãos, assim, não podem colocar as suas preocupações, porque os documentos apresentados não são esclarecedores. Desta forma, caberia à Câmara hoje aprovar esta proposta para tomar posição oficialmente de haver uma sessão pública para esclarecer este assunto.-----

----- O Senhor Presidente disse que não está aqui propriamente para tomar uma atitude com entidades externas, que um outro vereador entenda que ele deva tomar. A postura para estar na política ou na vida é característica de cada um, não é seu hábito tomar posições com exigências, sobretudo quando seria uma grande incoerência da sua parte que há alguns anos anda a pressionar para que seja definido com urgência o referido itinerário, assim, como a Assembleia Municipal que vem agora a tomar alguma atitude que atrase o processo.-----

----- Por outro lado a proposta que está em apreciação pública respeita em quase todo o seu traçado a faixa dos quatrocentos metros definida em PDM, como reserva para passagem do IC Três e ainda porque para além de Almeirim, Alpiarça e Chamusca manifestarem não ver inconvenientes na proposta em apreciação. Posto isto, não é minha intenção a não ser que o Executivo delibere fazer alguma diligência que entrave este processo. "---

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício concorda com a intervenção do Senhor Presidente, dado que uma apreciação daquele género traria assuntos particulares para o qual traçados desta natureza não podem contemplar. Posta à votação, foi a proposta reprovada com dois votos favor da Senhora Vereadora Manuela Cunha e Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, e cinco votos contra do Senhor Presidente, Senhor Vice Presidente, Senhor Vereador Francisco Maurício, Senhor Vereador José Carlos Silva, e Senhora Vereadora Joana Silvestre.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: " Votei favoravelmente a minha proposta por a considerar mais que natural. Os cidadãos têm o direito de ser devidamente informados e eu nem deveria ter tido a necessidade daqui apresentar esta proposta. Ficou claro nesta votação que a

preocupação dos eleitos do PS em defender esse direito à informação dos cidadãos não existe. Isto é tanto mais grave quando as duas propostas de traçado que estão em discussão afastam-se em muitos lugares do corredor que tinha ficado inicialmente previsto e desafectado em PDM. Nestas sessões públicas, vêm é verdade, questões do interesse individual de cada participante, mas o direito à propriedade é um direito sobejamente defendido pelo PS em Portugal, mas aparentemente só para alguns. Fica no entanto aqui a comunicação que existem outras formas de informação aos cidadãos que não a sessão pública colectiva, mas que nem essas foram asseguradas. Digo tudo isto porque o IC Três é para os Verdes e para a CDU uma importante via para o concelho e para o distrito e teria sido bom que esta sessão pública levasse a que a escolha do traçado fosse o mais inteligente e harmonioso possível."-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu:" Quero esclarecer a Senhora Vereadora Manuela Cunha, que depois de me ter criticado em relação a uma mensagem que eu enviei à Concelhia do PS, no qual gastei quatro segundos que acabei de ouvir uma intervenção exclusivamente crítica em relação aos políticos do PS, de pelo menos dez minutos. Quanto às questões particulares, base de sustentação do seu pedido de discussão pública, quero informá-la de que me inteirei do histórico de toda esta discussão ao longo de muitos anos e parece-me entender das suas palavras que trará algum recado de correligionários de coligação que se sentem prejudicados com eventuais traçados".---

----- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES DA ALDESC, EM - Foi presente para apreciação e votação as "Demonstrações Financeiras e Intercalares e Pareceres do Fiscal Único" referentes ao primeiro semestre de dois mil e sete da ALDESC, EM.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha refere que o documento deveria ter sido apresentado em Agosto passado, e lamenta a data a que foi presente a reunião e pergunta se a culpa é do ROC, ou da administração, por forma a haver um esclarecimento e caso o

atraso seja do ROC, que lhe seja descontado nos honorários a pagar. Lamenta que a informação tenha termos como estes: "Número médio de trabalhadores". E acrescenta que estas demonstrações financeiras não cumprem com a transparência que a lei obriga. Ficámos a saber o que já sabíamos há seis meses, que o capital social já está consumido como é habitual. Mais disse, que as informações prestadas ao Executivo têm falta de rigor e transparência.-----

----- O Senhor Presidente afirmou: " Admiro-me com a acusação de falta de esclarecimentos e de rigor, quando se fornecem tantos elementos para discussão que permitem à Senhora Vereadora Manuela Cunha ditar para a acta extensos discursos."-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- EXTINÇÃO DE EMPRESA - O grupo do Partido Socialista apresenta a seguinte proposta: " Considerando que, embora não seja incompatível o exercício simultâneo de funções na Câmara e na Empresa, não remunerada, os Vereadores não poderão no entanto tomar, na Câmara, deliberações que colidam com as suas funções na ALDESC;-----

----- Considerando que, esta situação se ultrapassa de forma lógica e coerente nomeando uma nova administração remunerada, o que aumentaria a despesa;-----

----- Considerando que a política cultural e desportiva deve ser definida e acompanhada pelos vereadores que detêm os respectivos pelouros;-----

----- Considerando que, na prática, será muito difícil estabelecer a fronteira entre Câmara e ALDESC, no que diz respeito aos serviços que prestam apoio à conservação e manutenção das instalações geridas pela ALDESC,-----

----- Considerando ainda que, a ALDESC depende financeiramente, para além das suas receitas próprias, exclusivamente das transferências da Câmara, e como sabemos nem o Desporto nem a Cultura são actividades lucrativas;-----

----- Considerando que atendendo à actual legislação para o



sector público deixou de se justificar a existência deste tipo;-  
----- Considerando em suma que, tratando-se duma Empresa sem  
outros parceiros, nos parece de maior economia de meios se as  
suas actividades forem integradas na Câmara;-----  
----- Nos termos do número um e dois do artigo quarenta e quatro  
da Lei número cinquenta e três traço F barra dois mil e seis de  
vinte e nove de Dezembro, o Executivo Municipal propõe à  
Assembleia Municipal que aprove a extinção da ALDESC - Empresa  
Pública Municipal de Gestão dos Espaços e Equipamentos  
Desportivos e Culturais, E.M., a partir de trinta e um de  
Dezembro de dois mil sete."-----  
-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu: " não estão  
cumpridos os mais variados procedimentos legais, como terei  
oportunidade de lhe demonstrar se insistir em manter na Ordem de  
Trabalhos este ponto, pelo que proponho a sua exclusão."-----  
----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha considera que não foram  
cumpridas uma série de procedimentos legais, como por exemplo  
informação sobre a situação laboral dos trabalhadores da  
empresa, só hoje foi colocada na sua secretária uma informação  
do consultor jurídico, que não teve oportunidade de ler e que  
deveria ter sido incluída na Ordem de Trabalhos. Assim, propõe  
que seja adiado para a próxima reunião este assunto, já com  
todos os procedimentos legais devidamente informados.-----  
----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que  
existe um cronograma ou lista de procedimentos a adoptar na  
extinção da empresa. Não está em condições de votar porque  
desconhece em que situação vão ficar os trabalhadores da ALDESC,  
se vai ser negociado um despedimento colectivo, ou se vai ser  
aberto concurso e estes ficarão funcionários da Câmara.  
Relativamente aos contratos de fornecimento era pertinente o seu  
esclarecimento.-----  
----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte  
declaração: " lamenta que mais uma vez a informação de extinção  
da empresa tenha sido dada aos trabalhadores antes da própria  
Ordem de Trabalhos ter sido discutida em reunião de Câmara"-----

----- O Senhor Vice Presidente referiu que o que foi dito aos trabalhadores foi que viria à próxima reunião de câmara a proposta de extinção da empresa e não foi dito mais nada sobre o resultado, e portanto por uma questão de respeito e não alarmar as pessoas.-----

----- " Continuando a minha declaração interrompida pelo Senhor Vereador Pedro Ribeiro, vejo-me agora obrigada a acrescentar que a informação dada aos trabalhadores foi um pouco mais completa e mais assustadora, mas só por si imagino, como é que uma pessoa normal e com família para sustentar recebe o anúncio da extinção do seu posto de trabalho, dito isto, também subscrevi o pedido de adiamento deste ponto por considerar que com esta proposta não vem um conjunto de informação fundamental para uma deliberação consciente, entre outras questões, uma informação coerente e juridicamente sustentada sobre qual o destino que se prevê para os trabalhadores contratados a prazo ou não pela empresa, tendo eu solicitado essa informação por escrito recebi hoje, e só hoje a resposta do Senhor Presidente, diz assim: " o entendimento dos eleitos do PS em relação aos trabalhadores é que seja cumprida a lei", o que quer isto dizer, Senhor Presidente?"-----

----- O Senhor Presidente respondeu: " Que seja cumprida a lei".-----

----- O assunto ficou agendado para a próxima reunião.-----

-----ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - O Senhor Presidente apresentou para ratificação a acta do relatório do Júri de Abertura de Propostas do concurso público acima referenciado, contendo o projecto de decisão da intenção de adjudicação à empresa JGNR pelo valor de cento e trinta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro euros.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício refere que não existe proposta de adjudicação. A empresa JGNR, entidade supostamente vencedora não apresenta valores para o ensino da robótica educacional, não cumprindo os termos do concurso, logo deve ser

eliminada. E acrescenta que os valores estão errados, pelo que propõe a sua exclusão da Ordem de Trabalhos para reanálise e correcção.-----

-----A Câmara deliberou por maioria aprovar a ractificação da intenção de adjudicação, com os votos contra da Senhores Vereadores Manuela Cunha, Pedro Pisco dos Santos e Francisco Maurício, e os votos a favor do Senhor Presidente, Vice-Presidente, Vereadores Joana Vidinha e José Carlos Silva.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha manifesta a falta de rigor do júri do não cumprimento dos procedimentos do Caderno de Encargos e Programa de Concurso.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos vota contra e faz voto de vencido dado que houve empresas que não apresentaram proposta relativamente à área de robótica pelo que a ordenação dos concorrentes deverá ser reapreciada.-----

-----O Senhor Presidente referiu: " Votei a favor porque importa passar à fase de discussão pública que permite através de eventuais reclamações corrigir alguma distorção contida na lista ordenada apresentada pelo Júri."-----

-----MEDALHA MUNICIPAL - O Senhor Vereador Francisco Maurício apresentou a proposta para alteração do Regulamento de atribuição da "Medalha Municipal".-----

-----A Câmara deliberou aprovar as alterações apresentadas e submeter as mesmas a inquérito público.-----

-----TRANSFERÊNCIA - Câmara deliberou por unanimidade conceder a transferência de dois mil trezentos e setenta euros à Associação de Socorros Mútuos de Benfica do Ribatejo, para a sua actividade.-----

-----Às dezoito horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Assistente Administrativo

da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-

O Presidente da Câmara,

A Assistente Administrativa

---

---